


Aprova  
por unanimidade  
  
2024/02/26



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **ATA Nº 5/2023**

**Sessão ordinária de 21 de dezembro de 2023**

### ATA N.º 5/2023

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria de Lurdes Liberato e M. Clotilde Barata.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros João Carlos Correia Leitão, Maria Rosa Norberto Moreira e Paula Milheiro, que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos pelos membros Carla Mabel Pais, João Carlos Pereira e Rafaela Pires.

Os Presidentes da Junta de Freguesia de Alpedrinha e União de Freguesias Atalaia do Campo e Póvoa de Atalaia e Enxames foram substituídos pelos seus representantes legais, no caso Maria Emília Salvado, Guilhermino Nogueira e Paulo Gonçalves. Não faltou nenhum elemento do executivo

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

#### **ORDEM DE TRABALHOS**

##### **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

- Aprovação da ata nº4 (29-09-2023);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

##### **Período da Ordem do Dia (POD)**

- 1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);**
- 2. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2024”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;**



3. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da alteração da Estrutura Orgânica do Município do Fundão”, nos termos da alínea m) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;**
4. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2024”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
5. **Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do art.º 25 º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
6. **Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
7. **Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2024”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
8. **Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final do “Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
9. **Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do “Projeto de Regulamento de Estacionamento do Município do Fundão”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
10. **Apreciação e votação da Proposta – “Abertura de procedimento para atribuição do direito de utilização privativa de domínio público do Município do Fundão para a instalação,**



**manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos – Fase 1”, nos termos do disposto na alínea q) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**

**11. Apreciação e votação da Proposta – “Alteração ao Contrato de Assistência Financeira”;**

**12. Eleição de dois elementos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fundão, nos termos do disposto na alínea l) do art.º 17º da Lei nº 147/99, de 11 de Setembro, com as sucessivas alterações;**

**13. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação e submissão a discussão pública da “Carta Municipal de Habitação do Município do Fundão”;**

#### **Propostas para Conhecimento**

**14. Correção material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão;**

**Período de intervenção do Público – nº2 do artigo 20º e artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal.**

O Senhor Presidente da Mesa começou por agradecer a presença de todos e informou que esta a Assembleia Municipal vai ser emitida em direto na página de Facebook do município, sendo a segunda vez que tal acontece. Informou também que ontem em representação da Assembleia Municipal, teve o grato prazer de estar na Assembleia da República no lançamento a nível nacional do jogo “A Constituição” promovido pela Beira Serra e que tem o alto patrocínio da Assembleia da República, sendo um cerimónia muito digna, em que estiveram presente não só os órgãos sociais da Beira Serra, mas também as câmaras da Cova da Beira. A cerimónia foi presidida pelo senhor presidente da Assembleia da República, em que esteve presente o presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Este projeto também tem o patrocínio da Fundação Bissaya Barreto e foi financiado, entre outros, pela senhora embaixadora da Noruega em Portugal que também esteve presente. Disse ainda que o jogo em questão vai estar à venda na livraria da Assembleia da República e na FNAC e em outros locais nacionais. Considera ser um meio para assegurar que as nossas crianças comecem a olhar para a cidadania de uma forma diferente no ano em que iremos comemorar os 50 anos de 25 de Abril. Sendo assim, vai dar início ao período de antes da ordem do dia, colocando a apreciação a ata número 4 que não foi alvo de qualquer consideração. Colocada a votação foi provada por unanimidade.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Maria Clara Ramos** – Após os cumprimentos fez uma intervenção que se junta à presente ata como **Anexo 1**. Terminou com votos de um Santo Natal e um ano Novo com muita saúde, paz e a realização das nossas ambições.

**Cláudia Pereira** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 2**.

**Maria das Dores Ladeira** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 3**.

**Jorge Garcez** - Após os cumprimentos a todos os presentes disse que em Outubro último fez 18 anos desde que foi eleito pela primeira vez como membro desta Assembleia Municipal e que nestes últimos 8 anos, trabalhámos muito para defender o nosso território, as nossas pessoas, o nosso modo de vida, para promover a nossa economia, os nossos produtos regionais, as infraestruturas e a geração de emprego. Foi um esforço de todos aqueles que estão no poder, mas também daqueles que, na oposição, deram os seus contributos, muitas vezes bons e ajudaram a melhorar as soluções políticas implementadas por esta maioria. Foi um caminho longo, foi um caminho de sucesso, de alegrias, de algumas tristezas, grandes tristezas, em que tivemos, infelizmente o falecimento de um colega nosso muito querido e que não deixa de marcar este período, mas foi também um caminho que fizemos com muito orgulho e que queremos continuar a fazer para que os próximos 18 anos possam fazer do Fundão, um concelho de referência no panorama nacional. Contudo, são muitas as ameaças que pairam sobre nós, ameaças políticas, mas também sociais. A evolução demográfica, como aqui também já foi falada pela colega Clara Ramos é uma ameaça significativa ao nosso território com impactos desastrosos no desenvolvimento económico, na segurança dos investimentos e na segurança do nosso território. Nos próximos 18 anos cerca de 56% das nossas freguesias do distrito irão perder praticamente metade da sua população, em 92% das freguesias do distrito a população entre os 15 e os 24 anos é inferior a 10% da população residente e reverter esta situação é talvez impossível, mas temos que saber encontrar soluções que mitiguem o seu impacto. A aposta em estímulos à natalidade, não integrados com medidas de atração de imigrantes, de incentivos fiscais, de criação de emprego e desenvolvimento económico nos territórios rurais, não são eficazes. O nosso distrito, onde a idade média da mulher é de 52 anos, onde a percentagem de mulheres em idade fértil é de 33% e em que 70% das nossas freguesias tem uma percentagem de mulheres em idade fértil inferior a 30%, não é possível esperar que políticas de natalidade sejam por si só suficientes para mitigar o fenómeno demográfico. Há também ameaças políticas ao nosso território que vêm de fora, recentemente, a queda de um Governo com apoio maioritário e a convocação de eleições são um sinal preocupante de quem governa e é demonstrativo de que quem governa nas condições atuais não está a fazer um bom trabalho. Não é aceitável que o Governo desbarate uma maioria absoluta, desbarate a confiança dos eleitores, por incompetências, sendo várias os casos de corrupção, de despesismo, nepotismo, falta de

unidade. O Senhor primeiro-ministro demitiu-se, deixando bem claro que nunca foi favorável a sua demissão, no entanto demitiu-se fugindo às suas responsabilidades, sai por vontade própria, cai porque foi incapaz de pôr fim a sucessivos casos de corrupção, comissões, casos e casinhos absurdos e uma governação desastrosa e só não falou em pântano para não repetir o discurso socialista de outros tempos. A ameaça política ao nosso território também se vê no aumento da carga fiscal, no afundamento do salário médio, no aumento dos preços, na falta de investimento ou no caminho que estamos a fazer na Europa. Tivemos António Guterres que se demitiu, mas deixou obra, Sócrates demitiu-se, mas deixou obra, Costa demitiu-se, mas não deixou obra nenhuma, nem sequer as reformas necessárias, transformando por exemplo o serviço nacional de saúde no serviço nacional da doença, com listas de espera a aumentar e caos nas urgências. É preciso também diminuir a pobreza que é um dos principais fatores que afetam a saúde das pessoas e esta também tem estado a aumentar. Com uma população envelhecida temos repensar a importância de termos um ministério que junte a saúde e segurança social, não é possível resolver os problemas das urgências na nossa região sem resolvemos o problema dos lares. Com muitos internamentos nos hospitais por indicação médica, precisamos pensar num sistema como um todo e de ponderarmos, porventura, a criação de lares clínicos. O que não podemos é continuar com políticos incapazes, impreparados, como temos visto e nos têm trazido a este tipo de comportamento de incompetências que alimenta o discurso radical, abre as portas ao populismo, sendo para si, neste momento, uma séria ameaça ao nosso território. Espera que os próximos 8 anos continuem a ser para o Fundão tempos de crescimento e também tem esperança que é para isso que ele próprio e nós todos iremos continuar a trabalhar e a dar o nosso melhor. Desejou a todos um bom Natal e espera que consigamos no próximo ano dar a volta ao país que, de facto, precisa de ajuda todos.

**Guilherme Freches** - Cumprimentou todos, desejou Boas Festas e apresentou uma Moção conjunta com todos os grupos políticos da AM, que se junta à presente ata como **Anexo 4**.

**Cristina Guedes** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 5**.

**José Pina** - Após os cumprimentos e votos de boas festas disse que não tinha grande intenção fazer alguma intervenção nesta 1ª parte, mas depois de ouvir aquilo que ouviu era impossível não vir aqui. No Fórum menos indicado e em tom provocatório o membro Jorge Garcez veio aqui acusar uma entidade, nomeadamente, o Governo do país, que não tem, obviamente aqui oportunidade de se defender. O Fórum é totalmente desadequado e entra em contradição quando diz que todos deixaram, vejam bem, todos deixaram obra exceto o atual primeiro-ministro de um Governo agora em gestão, que não deixou nada. Não deve ter lido os documentos que daqui a pouco vamos discutir que são suporte em termos da política de habitação do Governo que este município adota, portanto, não leu os documentos e vem para aqui, de facto, a inflamar com um discurso populista, aquilo que ele próprio condena como sendo um discurso populista e só diz uma coisa ao Senhor Jorge Garcez que é o seguinte, por



respeito a uma pessoa que está sentada ao seu lado e a memória do seu pai, não lhe diz aquilo que lhe vai na alma neste momento está a referir-se ao ano de 1987, em que era presidente da Câmara Municipal, aquele que considera e considerou durante muito tempo um grande amigo, o Senhor Manuel Ramos. A resposta ao requerimento que tem meses e, como disse chegou a semana passada e que diz respeito à informação existente do relatório de avaliação estratégica ambiental aquando da revisão do PDM. Ora, como sabem, os senhores membros e não só, o PDM já foi aprovado. De qualquer dos modos, ficou a saber, que havia um projeto que foi desenvolvido para o Rio-Silvares, era uma candidatura que assentava em 4 ações, projeto, estabilização e consolidação de depósito mineiros, selagem, barragem, retomas e recuperação de lixiviados, manutenção de possíveis refinamentos e erosão, avaliação e acompanhamento técnico de trabalhos de estabilização e consolidação e que deste projeto, que vinha mencionado no relatório de avaliação estratégica ambiental, destes 4, só 2 que foram realizados, os outros 2 não foram .

**Rogério Hilário** –Informou que face à sua intervenção como dirigente associativo e empresário, tem estado em muitos fóruns e às vezes é interessante quando os ministros da nação dão o exemplo do concelho do Fundão como boas práticas, sem saberem, muitas vezes que vive cá e que pertence a esta sociedade e um dos maiores elogios que já ouviu foi exatamente a questão das migrações e a forma como a sociedade e os empresários estão integrar os imigrantes nesta sociedade, portanto, queria aqui partilhar com todos, isto vem inclusive do Ministério da Economia. Também disse que provavelmente muitos dos presentes não se aperceberam de um evento que ocorreu no Fundão e que tem a ver com a assinatura do pacto para a economia circular na região centro. Também subscreveu esse pacto, inclusive tem de trabalhar para esse pacto e não foi escolhido o município por acaso, já que mais uma vez lhe foi dito pelas boas práticas que estão a acontecer, o que significa que muitas vezes, as organizações, sejam elas políticas ou administrativas quando escolhem o nosso concelho também escolhem porque reconhecem mérito nos seus processos.

**O Senhor Presidente da Mesa** disse que antes de terminar o período antes da ordem do dia temos uma moção para a votar e um voto de louvor ao Dr. João Taborda e uma proposta apresentada pela senhora presidente da Junta de Freguesia de Souto da Casa. Aproveitou de seguida a intervenção da senhora presidente Maria das Dores, para informar esta assembleia que foi constituída a Comissão para preparação do programa das comemorações da 50 anos de 25 de Abril e da qual fazem parte a Comissão Permanente da Assembleia Municipal e a seu convite, presidida pelo Senhor Dr. Vítor Martins, antigo Presidente da Assembleia que mais anos presidiu a esta assembleia. Assim colocou a votação os documentos em questão:

**Voto de Louvor ao Doutor João Taborda** - Aprovado por unanimidade.

#### **Moção sobre a saúde**

**José Pina** – Sobre esta moção disse que tinha aqui uma questão que abordou com o membro Guilherme Freches e embora tivesse uma dúvida relativamente à terminologia utilizada, era

só para esclarecer um pouco melhor quando disse que o a Câmara Municipal deve assumir a urgente diligência da defesa, gostava que fosse um pouco mais bem explicada esta ideia do que é assumir a urgente diligência na defesa dos cuidados de saúde primários. Quando se fala relativamente à transferência de competências na área da saúde não está de acordo com isso, mas não é isso que os fará votar contra.

**Rogério Hilário** – Disse que o membro José Pina já colocou aqui algumas dúvidas, isto também faz parte da dinâmica consensualizar não é acertar logo no texto final, mas podemos aqui encontrar, de facto, uma coisa, trata-se de uma moção que tem aquilo que é a preocupação de todos nós. Pensa que o membro Guilherme Freches deveria escrever aí, que embora não seja da sua competência a Câmara tem feito efetivamente todos os esforços para, nessa perspetiva, ajudar a resolver o problema. Pensa que, com essa alteração, teremos resolvido o problema e depois por último, aquilo que também lhe parece também importante e a lógica é esta, já está no terreno, aquilo que tem sido o regulamento que vamos discutir mais à frente, que visa ajudar também a resolver e a melhorar a atração profissional para esta região face àquilo que são necessidades prementes, portanto, nessa perspetiva, o PSD não tem qualquer coisa a opor à moção, dizendo apenas que o seu conteúdo pode ser melhor trabalhado, mas na sua essência não vemos razões para votar contra.

**Guilherme Freches** - Quanto à questão da mudança se a competência devia ser imputada ou não, não tem problemas em mudar aqui o português. Não é nenhum segredo que nós na CDU, nunca achamos que a Câmara devia ter estas competências. O PSD, se calhar não o diria dessa forma. Quanto à segunda questão do membro José Pina sobre a defesa de instar diligências, isso foi alterado, o que leu foi instar para que continue a defesa de forma integral dos cuidados de saúde primários do Fundão.

Colocada a moção a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**


#### **1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)**

Não houve intervenções neste ponto da ordem de trabalhos.

#### **2. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2024”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro**

**Presidente da Câmara** – Cumprimentou todos e desejou votos de boas festas. Começou por dizer que tínhamos um orçamento de 39 milhões e apresentamos agora um orçamento de quase 49 Milhões, havendo aqui uma alteração que é mais do que a taxa de inflação, aumentos de ordenado do pessoal relativamente ao que apareceu no Orçamento de Estado





mas é de facto, uma alteração muito significativa, porque se nas despesas correntes há aqui cerca 9% de aumento no âmbito das despesas correntes, mas é seguramente nas despesas de capital que tem basicamente quase o valor do dobro, onde existe uma alteração, diria de paradigma relativamente àquilo que têm sido as médias dos últimos anos. As transferências de capital têm aqui um valor de 85% e este valor é basicamente, transferências dos programas onde estamos, com especial realce àquilo que é o final do 20/20, apesar de até 31 de dezembro ter de estar fechado, mas, sobretudo já também questões do 20/30 e diria também um maior realce do PRR, nomeadamente com o programa associado à área da habitação nos seus diferentes modelos. No resto diria que as proporções são mais ou menos as mesmas. Aqui a questão central é de alteração relativamente ao orçamento anterior, que está sobretudo aqui nas transferências de capital, associadas ao investimento. Na parte do orçamento da despesa também referir que é sobretudo também nas despesas com pessoal na parte corrente, onde os valores são mais expressivos. Obviamente aqui já inclui todo o pessoal que também está associado às transferências de competências, onde pondera imenso a educação e a saúde. No resto os padrões são relativamente parecidos com o ano passado relativamente àquilo que são as grandes estruturas de despesa, sendo que no conjunto das transferências, há aqui também um aumento associado às transferências correntes, nomeadamente de acordo com aquilo que foi negociado com as próprias juntas de freguesia, em termos de contratos inter administrativos onde aumentámos também o valor. Na parte do serviço da dívida relativamente ao valor global, nós temos como limiar máximo 15%, estamos em menos de metade o que é um bom indicador relativamente aquilo que é o serviço de dívida e, como saberão e até já vai dizer isto para não ter que o repetir no ponto em causa, que estamos a propor uma alteração à minuta de contrato do empréstimo do FAM, porque foi-nos comunicado a possibilidade de baixar a taxa de juro de forma significativa e até diria em contraciclo, de 1,75 para 0,95 e isso levará a uma poupança de cerca de 300.000 euros. Outra informação importante neste orçamento é o investimento líquido com 15 milhões, grosso modo de investimento associado, que não deixa de ser um esforço muito grande do ponto de vista de investimento, por isso é que estes valores são de certa forma interessantes no que toca sobretudo à habitação, já que quase todo o investimento na habitação é 100% a fundo perdido, porque se não, mesmo com financiamentos, a equação não seria, se calhar, tão simpática. Por outro lado, também é por isso, que um dos pontos que também está sempre associado ao orçamento é o tal empréstimo de curto prazo, que este ano tem um valor relativamente maior do que os anos anteriores em que andamos às vezes num milhão, milhão e meio, mas este ano propusemos 2 milhões porque se houver alguma questão de tesouraria, que seja preciso andar com dinheiro à frente para que este investimento possa rodar, mesmo apoiado a 100%. O contrato-programa tem um valor de 450.000 euros, podendo ir até 620.000 € sobretudo se houver mais a capacidade produtiva, se for necessário mais passagem de limpeza urbana, nomeadamente do espaço dos passeios, porque uma coisa é passar uma vez, outra coisa é como nos últimos anos, a necessidade de passar 3 vezes. Nas grandes Opções do Plano também houve uma alteração que é importante e também seria estranho se ela não se efetivasse. O plano anual de investimento também se mantém

exatamente, até diria que a diferença aumenta relativamente àquilo que referiu, mais uma vez os dois objetivos destacam-se, com predominância para os equipamentos sociais e componente de desenvolvimento. Aqui aparecem alguns dos grandes programas no caso da habitação temos aqui um plurianual de mais de 30 milhões, neste momento ele vai seguramente aumentar a partir do próximo ano para perto de 60 milhões, perante aquilo que está também em trânsito para aprovação e são valores muito elevados e é aqui que está uma grande parte da questão, nomeadamente aqui no programa primeiro direito, no Banault que é habitação urgente, distribuídos por várias localidades da grande Fundão, mas também algumas freguesias. Temos ainda a questão do PRR e a unidade de Saúde Familiar, da Cereja, para o próximo ano prevemos cerca de 400.000 euros de investimentos, no seguinte 581.000, num investimento de cerca de 900.000 euros. Trata-se de um dos grandes investimentos que também temos na componente da Saúde, na unidade de medicina nuclear vão passar cerca de 100.000 euros, já que do ponto de vista de obra física está concluída, a restante responsabilidade depois passa para a parte hospitalar, sendo que algum do equipamento já o temos também do lado do município e outra parte também já está em concurso público por parte do Centro Hospitalar. A partir de Janeiro, como sabem, a ULS entra em funcionamento e esperamos que a mesma traga flexibilidade e capacidade de autonomia de maior atuação. No atual sistema o tempo médio de análise dos processos de contratação é muito elevado, às vezes por 5, 6, 7, 8 meses o que é uma eternidade. Na parte da Educação aqui também não há grande novidade, mas é interessante vermos aqui algo que se mantém, como sabem, o nosso objetivo era, para além do apoio à escola rural de uma forma mais transversal, mas havia os dois polos das escolas sede, do agrupamento Gardunha xisto e do agrupamento do Fundão, no caso do Agrupamento do Fundão este teve intervenções nos últimos anos através do programa 20/20, agora o projeto prioritário para o 20/30 vais ser como é obvio o Gardunha Xisto, também mantemos os programas de combate ao insucesso escolar, agora denominado de promoção do sucesso. A eficiência energética tem um valor importante na perspetiva daquilo que é a mudança de paradigma do tipo de iluminação mais eficiente, mas também no reforço do autoconsumo, nomeadamente com painéis fotovoltaicos, ainda equacionámos este ano avançar com esse processo, mas esperamos porque com o novo modelo do 20/30, vamos ser promotores diretamente. Por outro lado conectado com a zonas industriais informou não ter a certeza se vamos conseguir lançar concurso público ainda no próximo ano relativamente à expansão da zona industrial do Fundão, numa primeira fase, mas já temos um valor definido que nos possa dar alguma força nesse processo, porque é possível que, apesar de já estarem no plano diretor municipal, vamos ver se vai ser necessário ou não, por exemplo, estudo de impacto ambiental perante a dimensão que temos prevista nesse processo. Mantemos a abordagem na parte da água, através dos apoios aos regadios tradicionais, quer nos planos que temos em termos de regadio, sendo que há aqui uma questão que ainda não está totalmente fechado na relação com o município de Castelo Branco que é se, de facto, eles vão lançar os concursos públicos no próximo ano relativamente aos projeto de execução que lhes vamos mandando relativamente ao regadio da zona sul, mas não pode dar certezas nessa questão. Informou ainda que foi assinado o acordo com a

G.N.R. e com o ministro da Administração Interna para a reparação do quartel, estamos na parte final do concurso público, pelo que espera que apareçam, de facto, proponentes para o concurso público. Sobre a dívida do município, prevê-se que esteja nos 49 milhões, prevendo-se para 2024 entrar nos 46 milhões, ou seja, temos aqui uma redução progressiva daquilo que é a dívida do município.

**Guilherme Freches** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 6**.

**José Pina** – **1.37,08** Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 7**.

**Rogério Hilário** – Resta-lhe dizer que um orçamento é uma previsão e está dependente de um monte de cenários e de muitos fatores que nós não controlamos, por isso é uma intenção. É verdade que o volume de investimento que nos propomos é o maior de sempre e porque é que é o maior de sempre, 2024, porque nós queremos executar a fatia do PRR que o Fundão tem direito e é essa a propositura, sendo bem provável que o poder central esteja mais preocupado com isto, não sabe se vão conseguir cumprir aquilo que são as metas que propuseram fazer. Depois é um orçamento que é preciso saber entendê-lo que tem a ver no ano 2024 e bem, com aquilo que é o incremento salarial e o que é o incremento da massa salarial face às competências que subscreveram. É importante perceber que, de repente, o quadro pessoal da Câmara está muito mais para lá do que era há 3 ou 4 anos atrás e parece que é preciso, de certa forma, fazermos essa comparação. É verdade que nós poderemos nas grandes Opções do Plano, não concordar com as prioridades, poderia haver outras também legítimas. É verdade que o investimento na saúde não só por aquilo que foi a admissão da competência para o município tem que ser uma aposta até naquilo que é o contexto que estamos a viver e reflete muito aquilo que é o orçamento, a requalificação das escolas, das infraestruturas e há aqui uma grande rubrica que se chama habitação, mas duvida que até 2026 se consigam realizar todas as obras, porque não existem no mercado empresas suficientes para o fazer.

**Cristina Guedes** - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata com **Anexo 8**.

**Presidente da Câmara** – Relativamente às questões aqui levantadas houve algumas posições no que toca aos incentivo/apoios, para que sejam mais para o cidadão, sejam mais para as empresas, sejam mais para as instituições, diria que nós somos muito coerentes há muitos anos no que toca ao IRS, é completamente a favor da questão do IRS e até iria mais longe, sempre e quando esse valor saísse do Orçamento do Estado e não do orçamento das autarquias. A política da definição do IRS é uma política nacional, a coesão do território é muito importante, os municípios poderem fazer essa diferenciação é também importante, mas que a perda dessa receita ficasse do lado do Estado central e não no local, na parte dos municípios, porque, no limite esta é uma das tais questões em que se pode dizer com alguma



clareza que se dá com uma mão, mas, de certa forma não se tira, porque perdemos essa receita. Sempre referenciámos isso, mesmo muito antes do FAM ou do PAEL, se calhar estamos a falar de uma situação 15 ou 16 anos, desde a primeira hora, foi sempre a posição do município. Para além dessa questão, tem uma outra que é a própria formatação, que ela devia ser progressiva relativamente ao rendimento, no limite deveria poder diferenciar quem tivesse rendimentos médios, médios/baixos, poder ter uma discriminação maior, de quem pudesse ter rendimentos médios/altos. Quem recebe mais já tem um contributo maior, mas num país como o nosso, temos de ter sempre políticas de natureza progressiva, mas inversamente progressiva também. Relativamente às outras medidas, elas são importantes, as questões da derrama com o não pagamento da derrama a empresas que estejam sediadas no concelho do Fundão. Se houver empresas que querem operar no nosso concelho, mas não estão cá sediadas, têm derrama, se tivemos empresas até pela sua natureza, como sedes de bancos, seguradoras que não estão propriamente sediadas no interior do país, pagam a derrama, se forem empresas ligadas ao setor da distribuição, por exemplo, grupos da distribuição alimentar, obviamente têm de pagar a derrama. Por outro lado, nos recursos como a energia, como as autoestradas, como a exploração de sistemas de água, como um modelo de exploração de recursos minerais e afins, diria que aqui a questão é ainda mais gritante já que há uma questão muito importante a acontecer no país e que nós aqui damos sempre um abraço solidário que está a acontecer em Trás-os-Montes relativamente às questões do Douro e daquilo que eram as barragens do Douro, que pôs o dedo na ferida, que é quando estamos a fazer explorações recursos naturais o modelo de distribuição dos impostos não pode ser o mesmo que acabou de referir do ponto de vista de postos de trabalhos, a exploração dos recursos é em grande parte localizada naquele sítio é obvio que os impostos devem estar também localizados nesse território de exploração desse recurso. Ninguém gosta de portagens na autoestrada, agora ser o território do concelho do Fundão, tendo tantos quilómetros associados áquilo que são as portagens da autoestrada podiam fazer-lhe uma pergunta, então o município do Fundão preferia receber zero daquilo que são as portagens cobradas na autoestrada A 23, mas do valor que se cobra, tendo em vista o número de quilómetros da autoestrada A 23, qual é a proporção que calha ao concelho do Fundão e responde facilmente que é zero.

Depois das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e de várias intervenções dos Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação a qual foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor e 10 abstenções, num total de 39 votos presentes naquele momento. A percentagem que deliberou a favor foi de 74,36 % e abstenções de 25,64%. Não foram apresentadas declarações de voto. Absteram-se os membros José António Marujo Pina, Miguel Alexandre Trigueiros Fernandes Covas, Marina Cláudia de Melo Alegria Nascimento, Mariana Serra Morgadinho, João Carlos Cruz Pereira em substituição de Luís Miguel Francisco Batista, Rafaela Sofia de Oliveira Pires em substituição de Maria Rosa Norberto Moreira e Leonor Lopes, em substituição de Paula Maria Rodrigues



Milheiro, Guilherme Blasquez Freches, Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes e Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita.

**3. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da alteração da Estrutura Orgânica do Município do Fundão”, nos termos da alínea m) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 35 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções dos membros Cristina Guedes e Pedro Mesquita.

**4. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2024”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro**

**José Pina** – Disse que ia abordar nesta intervenção os pontos 4, 5, 6, já que a base é a mesma, apesar da explicação que o senhor presidente da Câmara há pouco nos deu, continuamos, de facto, a ter leituras e interpretações diferentes e, portanto, o voto é contra, fica já como declaração de voto e depois fará chegar à mesa, do mesmo modo como tem feito noutras sessões de informação escrita, da nossa posição que está na base daquilo que li há pouco, aquando da apresentação das grandes opções.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 24 votos a favor, 6 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, João Carlos Pereira, Mariana Morgadinho, Leonor Lopes e Rafaela Pires e 3 abstenções dos membros Cristina Guedes, Pedro Mesquita e Guilherme Freches.

O membro José Pina apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 9**.

**5. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do art.º 25 º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 24 votos a favor, 6 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, João Carlos Pereira, Mariana Morgadinho, Leonor Lopes e Rafaela Pires e 2 abstenções dos membros Cristina Guedes, Pedro Mesquita.

O membro José Pina apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 10**.



**6. Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 24 votos a favor, 6 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, João Carlos Pereira, Mariana Morgadinho, Leonor Lopes e Rafaela Pires e 2 abstenções dos membros Cristina Guedes, Pedro Mesquita.

O membro José Pina apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 11**

**7. Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2024”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro**

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

**8. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final do “Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Profissionais de Serviços Públicos Essenciais no Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro**

**José Pina** – Disse que se há ponto nesta ordem de trabalhos que de algum modo o fazem lembrar dilemas morais é este e de facto é quase um dilema moral, principalmente, porque está incluído neste regulamento a educação, se estivesse só a componente saúde, eventualmente, as forças de segurança não teria talvez tanta incerteza, mas a componente educação causa-lhe algum conflito do ponto de vista moral pelo seguinte, quando foi aqui trazido esta proposta de regulamento, aqui nesta mesma bancada tinha dito que se a mesma fosse para votação na altura que votaria contra e que reservava para o período de discussão pública a sua, intervenção e o seu contributo. Quando leu com mais atenção a proposta que lhe chegou enviou um requerimento ao senhor presidente da Câmara e, mais uma vez, o senhor Presidente falhou, demorou imenso tempo a responder e só obteve resposta ao requerimento para esta situação em concreto na reunião da comissão permanente, que foi exatamente o último dia possível de intervir na discussão pública e na resposta que acabou por obter dizia o que vai ler: “Relativamente ao projeto regulamentação da atribuição excecional de incentivos ... informamos que este Terá ser alterado em sede de discussão pública para ...” e entre a entre aspas, aparece também “considerando ainda que também nas

*áreas da educação e da segurança, o município do Fundão deverá definir estratégias que passem pela definição de apoios para a fixação de profissionais qualificados nestas áreas, nomeadamente no que respeita a apoios ao alojamento e por se tratar de profissões que revestem a natureza de serviços públicos". Assim, considera que isto é uma alteração à introdução daquele regulamento que dizia que havia uma estratégia, mas como não conhecia a estratégia, solicitou que lhe fosse dada informação acerca de qual era a estratégia do município, mas que, afinal não existia, mas essa parte foi corrigida. Agora tem aqui algumas questões que, de facto, gostaria de ver respondidas que, depois de ler o documento e já agora era pede, se fosse possível, o Senhor Presidente responda sucintamente se nesta proposta agora final de regulamento vêm dois pontos sinalizados com sublinhado verde, será que foram as únicas alterações que houve relativamente à proposta inicial? De qualquer dos modos, pensa que deveria haver uma separação nítida entre estes profissionais, porque meter no mesmo regulamento saúde, educação e segurança é capaz trazer algum conflito. Seria importante saber quais são as áreas de carência. Por outro lado, não conseguiu ver em lado nenhum qual é a posição dos agrupamentos relativamente a estas áreas de carência. Reuniu o Conselho Municipal de Educação, e, portanto, gostava de saber qual foi a opinião veiculada pelo Conselho Municipal de Educação num assunto tão importante quanto este relativamente ao apoio extraordinário aos professores em concreto. Pergunta, porque é que há pouco o Senhor Presidente disse que os regulamentos foram validados, por isso temos aqui um problema, o que o leva a que neste momento não ser possível em consciência, votar favoravelmente.*

**Guilherme Freches** - Reiterou a pergunta que fez na parte dos documentos previsionais, especificamente com isto, que era a questão de onde é que vem a financiamento da União Europeia para esta medida em concreto, que é o que está na nos documentos previsionais que não foi respondido. Notar que houve alterações feitas após a discussão pública, acha que não lhe pareceu que fossem apenas aquelas que estavam sublinhadas a verde. A nossa posição final vai ser abster-nos e vamos ver se no futuro, se este tipo de incentivos, quando muitos municípios estão a ir pelo mesmo caminho, não vai causar mais distorções no sistema do que as que se propõe resolver.

**Presidente da Câmara** – Relativamente ao período de discussão pública terminou na véspera da sessão de câmara, o que permitiu enviar os documentos para a Assembleia Municipal. Podíamos, obviamente perante isso ter tomado uma posição de não trazer este documento à AM, mas, como saberão, estamos numa fase em que temos de tomar decisões urgentes relativamente àquilo que possam ser todas as ferramentas para mitigar o problema de alguns profissionais poderem aqui fixar-se, ou atrair para o concelho do Fundão. Perguntam se em circunstâncias normais, um regulamento destes viria nestes termos, diz já que não. Estamos a viver circunstâncias anormais relativamente àquilo que é fixação e atração de alguns profissionais, também responde imediatamente que sim, que estamos a viver circunstâncias muito anormais relativamente ao que é a fixação e a atração destes mesmos profissionais. Misturar no mesmo regulamento profissionais tão diferentes, como são os relacionados com



a saúde, educação e segurança seria um caminho que em circunstâncias normais, pudéssemos fazer, diria que eventualmente não, mas há questões que são transversais, por exemplo o acesso ou diferenciação, seja por estacionamento público, habitacional ou por acesso ou diferenciação a estacionamento público privado, quando as pessoas tomam essa iniciativa trata-se de uma questão que é transversal a todos os profissionais referidos.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 27 votos a favor, 5 votos dos membros José Pina, João Carlos Pereira, Mariana Morgadinho, Leonor Lopes e Rafaela Pires contra e 2 abstenções dos membros Miguel Cocas e Guilherme Freches.

**9. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do “Projeto de Regulamento de Estacionamento do Município do Fundão”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro**

**Guilherme Freches** – Disse que esta proposta começa com o texto, considerando o acréscimo de viaturas em circulação no concelho do Fundão, verifica-se uma crescente dificuldade no orçamento do estacionamento nas zonas comerciais e de serviço na cidade do Fundão e isto vem na mesma assembleia em que, num documento previsional faz uma diminuição brutal dos incentivos aos transportes públicos, pelo que achar haver aqui uma contradição que não nos permite votar nem a favor nem nos abster contra esta proposta, precisamente só por causa desta escolha política, obviamente, que isto vai para discussão pública, mas provavelmente votaremos novamente contra quando ela voltar.

**Pedro Mesquita** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 12**.

**Rafaela Pires** – Após os cumprimentos e votos de boas festas disse que esta intervenção nesta proposta, para além de mostrar o seu descontentamento, pelo estacionamento pago, o seu valor avultado anual para preservar o mesmo, também questionar o município da própria existência de zonas estacionamento reservado para detentores de dístico pessoas portadoras de deficiência em zonas da cidade onde se estabeleçam locais de comércio de bens e serviços essenciais, tais como na Avenida, temos bancos, estabelecimentos de saúde, operadoras de comunicações e os correios. Este local de estacionamento, que acha que é mais próximo para o fim destes serviços e que conhece é junto ao cartório notarial e acha que é apenas um. Se tivemos uma pessoa que queira ir, por exemplo, aos correios com um dos 4 estacionamentos de 15 minutos ocupados, terá que usufruir daquele único estacionamento e pode existir numa situação normal ou anormal, outra pessoa que sejam usufruir do mesmo. Finalmente, estas infraestruturas de estacionamento em locais chave do Fundão não se encontra devidamente desenvolvidas e também a qualidade da via pedonal é parca e promove acidentes e dificuldades para estes cidadãos que sejam certamente impossibilitados, por estarem numa



cadeira de rodas ou de mobilidade reduzida. Adicionalmente notar que existem alguns estacionamentos reservados para estas instituições de comércio ou serviços que poderão ser usados pelas pessoas com deficiência ou não, no entanto, também como já referenciou inicialmente este valor avultado anual torna-se muito difícil para algumas PME disponibilizar este valor para servirem a população que é cliente ou necessitada, em suma, para a finalizar intervenção, esta questão é sempre pela existência e quantidade disponível de estacionamento nestas zonas de relevância para os cidadãos.

**Presidente da Câmara** - Disse que nós não estamos aqui aumentar o número de estacionamentos, isto para responder a esta ideia do pedonal versus estacionamento, apesar de para ser coerente com o que ainda disse há minutos atrás, no âmbito do programa 20/30, a questão de reforçar o estacionamento no coração da cidade, nomeadamente a relação entre a Avenida e o parque escolar, neste caso do agrupamento sede do Fundão é uma área especialmente crítica do ponto de vista de estacionamento e daí termos proposto um novo silo a desenvolver-se no espaço em frente à Escola Secundária, aproveitando até todo aquele desnível ali existente, esse é um dos projetos de dimensão que temos pensado e posicionado no 20/30 e isso permitirá, por exemplo, que no futuro haja nesta casa, quem possa querer desenvolver o projeto da 2ª parte da Avenida da Liberdade, porque a Avenida do seu lado direito foi requalificada, mas do seu lado esquerdo, foram apresentadas algumas soluções há alguns uns anos a esta parte, mas ainda não foi requalificada. Se nós tivermos uma maior reserva de estacionamento organizado em silo e não estacionamento desorganizado ou organizado de forma convencional dentro daquilo que é o espaço público, obviamente, a ideia de que o automóvel versus peão, pode ganhar aqui mais capacidade de se tornar mais pedonal aquela zona esquerda da Avenida que, como sabem, tem um problema de um estacionamento intermédio que torna, de facto, esta Avenida estranha. Ainda ontem estava a ver uma fotografia dos anos 50 num estabelecimento comercial ali na Avenida da Liberdade e lá aparece na fotografia dos anos 50 que todo o lado esquerdo da Avenida era, de facto, um espaço aberto, espaço amplo e não com um arruamento, com o estacionamento que foi feito salvo erro nos finais dos anos 70/80. Esta regulação da utilização dos espaços, fala de questões aplicadas às cargas e descargas, já agora não foi aqui falado, mas neste regulamento, as cargas e descargas também estão lá bem definidas. No 20/30 as questões intermodais agora também estão lá colocadas existindo aqui uma dúvida existencial que espera que seja de uma vez por todas resolvida, que é se fazemos novo ou se reabilitamos algo já existente, que, por acaso, tem essa mesma função, no caso a Auto Transportes.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 34 votos a favor, 4 votos contra dos membros Cristina Guedes, Pedro Mesquita, Guilherme Freches e Paulo Alexandre Barbosa.

#### **10. Apreciação e votação da Proposta – “Abertura de procedimento para atribuição do direito de utilização privativa de domínio público do Município do Fundão para a instalação,**



**manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos – Fase 1”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro**

**José Pina** – Disse que o Senhor Presidente não quis apresentar este assunto, mas acha que o vai obrigar a esclarecê-lo, na reunião que houve aqui da assembleia intermunicipal no dia 7 de Dezembro, questionou exatamente um projeto sobre uma rede intermunicipal de carregadores rápidos elétricos, e tinha questionado porque tinha aparecido em 2023 uma inscrição, em termos de orçamento de 5.000 euros depois estava previsto para 2024 o valor de 150.000 euros e depois apareceu nos documentos da intermunicipal para 2024 o valor de 5.000 euros e perguntou o que é que tinha acontecido a esta grande opção, se caiu, se era para não realizar. Assim, gostava de saber se existe ou não alguma coordenação entre aquilo que é o projeto em termos intermunicipais e esta proposta que nos é agora aqui presente nesta assembleia.

**Cristina Guedes** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta á presente ata como **Anexo 13**.

**Presidente de Câmara** – Disse que o que temos previsto e como puderam ver, são 8 postos duplos, ou seja, mais 16 pontos de carregamento, sendo que 2 são ultrarrápidos e vão ser posicionados, um no parque verde e outro junto à praça municipal. Para além disso propomos mais 2, um deles em Alpedrinha e outro em Janeiro de Cima, juntando àqueles que já estão em Castelo Novo no projeto específico, o que é que aqui está em causa são as vossas competências, vocês órgão assembleia é que têm competência relativamente àquilo que possa ser as funções do espaço público, sobretudo todo aquele que está no domínio público, o domínio público é uma competência da Assembleia Municipal, ora, se nós queremos utilizar solo do domínio público, nomeadamente pensando agora numa primeira fase e é disso que estamos a falar, associada mais a cidade e a alguns locais que tenham componente mais turística. É verdade que há outros postos de natureza privada, por exemplo, há 2 hotéis que têm postos privados de carregamento. Também há postos de combustíveis no nosso território, que também têm pontos de carregamento, o que é interessante neste regulamento é por um lado, estamos a falar de algo que vai permitir lançar procedimentos públicos, concurso público, dizendo temos este espaço, temos estes locais, empresas do setor concorram para nós avaliarmos aquelas que trazem melhores condições e que condições são essas que também estão na proposta. Ora, se existe uma utilização do espaço público é natural que haja um valor que tenha a ver com a remuneração que se paga ao município, porque estamos a falar de algo que é a iniciativa privada, é um negócio. Se nós quiséssemos uma questão de rentabilidade para a parte pública, nós colocávamos simplesmente uma coisa, aqueles que melhor remunerarem o município são basicamente aqueles que nós queremos a utilizar, o espaço de domínio público e poderem lá colocar os seus carregadores, nós no entanto estamos numa fase de tentar universalizar aquilo que é a utilização dos carros elétricos. Por isso, o que vai surgir daqui é um concurso público, perante a deliberação de aprovação da Assembleia o passo seguinte é o concurso público. Quanto ao projeto da CIM e



outros projetos similares como rede, aldeias históricas onde está castelo novo, rede aldeias de xisto, onde também tem projetos agora pensados para reforçar os seus carregadores, rede das aldeias de montanha, onde tem também esse projeto e outros, tudo isso pode acelerar a tal universalização, porque se há um mercado, se o mercado responde para determinadas zonas do nosso concelho, para as outras zonas onde o mercado não responde, os financiamentos comunitários que possamos encontrar em termos de política pública ajuda, recordando que, mesmo sem termos este regulamento, nós ao dia de hoje, por iniciativa e investimento público do município, nalguns casos até de financiamento comunitário, nós hoje já temos cerca de 12 carregadores instalados, investimento direto do município, através do orçamento com financiamento comunitário. Uma questão dos valores dos transportes públicos que foi aqui já referenciada, nós, nos transportes públicos, temos uma questão que é a compensação, os valores de compensação, estes são transferências correntes do município para a CIM, para compensar a necessidade que as transportadoras têm para pôr os autocarros cá fora, porque estão desequilibradas do ponto de vista do que é o custo de transporte. Esses valores foram aumentados em termos de transferências possíveis do Estado para compensar esta situação, vamos ver qual é a sua necessidade, mas na rubrica que estamos a falar prende-se mais com aquilo que possam ser modelos de transporte a pedido, onde, apesar da relação com a CIM, há também uma responsabilidade mais direta do município para a sua execução. Nós estamos à espera que a autoridade de transportes CIM a qualquer momento nos dê autorização para estender o projeto-piloto para a zona do Pinhal, para que o projeto de transporte a pedido funcione de forma mais universal da zona do Pinhal, mais ainda agora com esta questão que foi aqui hoje a falada do médico, para que possam, de facto, as pessoas ter mais acesso ao médico através do sistema de transporte não convencional, que é o transporte a pedido.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 37 votos a favor e uma abstenção do membro Guilherme Freches.

#### **11. Apreciação e votação da Proposta – “Alteração ao Contrato de Assistência Financeira”**

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

#### **12. Eleição de dois elementos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fundão, nos termos do disposto na alínea I) do art.º 17º da Lei nº 147/99, de 11 de Setembro, com as sucessivas alterações**

Relativamente a este ponto o Senhor Presidente da Mesa disse que teve o grato prazer de presidir à Comissão de Proteção de Jovens até final do mês de Setembro. Não temos dois elementos na comissão alargada, eleitos pela Assembleia Municipal, e que mantêm a



vigência do seu mandato, no caso os membros Susana Salvado e Mariana Morgadinho e outros dois elementos saíram do nosso território pelo que é necessário substituí-los, pelo que a comissão permanente entregou na Mesa uma lista consensualizada por todos os grupos municipais que tem os seguintes nomes: Sandro Miguel Alves Covita, psicólogo na Escola Profissional do Fundão e Cátia Sofia Nogueira Vinagre, assistente social e trabalha no argumento de escolas do Fundão e no centro de migrações. Como estamos a falar e nomes o escrutínio é feito de forma secreta e por lista. Aproveitou também para desejar aos elementos que neste momento integram a comissão proteção de crianças e jovens, um mandato profícuo e na pessoa do Presidente eleito, Doutor Adelino Pereira, que tenham um trabalho relevante em prol das nossas crianças conjuntamente com todos os intervenientes.

Efetuada a votação foram eleitos com 30 votos sim, 2 votos Não é um voto nulo, o Senhor Sandro Miguel Alves Covita e Cátia Sofia Nogueira Vinagre para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

### **13. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação e submissão a discussão pública da “Carta Municipal de Habitação do Município do Fundão”**

**Pedro Mesquita** – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 14**.

**Presidente da Câmara** – Disse que não ia fazer a apresentação que tinha preparado porque temos a questão do avançado da hora mas essencialmente porque o processo vai para discussão pública e aí podem haver mais contributos e até seguramente uma discussão mais importante. No entanto disponibilizou-se para fazer uma sessão de trabalho para aquilo que é a apresentação pública da própria carta, e é importante fazer isso porque pode ajudar a verificar qual é a diferença entre a estratégia local de habitação e uma carta. A estratégia local fala das grandes questões nos grandes públicos-alvo, as grandes carências, aquilo que possam ser estratégias para resolver o problema. Quando falamos para a carta, começamos a falar de coisas quantificadas e termos números quantificados de indicadores que nos ajudam a perceber o problema. Por exemplo no ano 2022, os edifícios construídos, ou seja, aqueles que ficaram com licença de utilização são 60 edifícios, com 58 fogos. É verdade que aqui também aparecem respostas públicas, aquilo que é e que nós já temos habitação social, aquilo que são os fogos para entrarem no Benault, aquilo que são os fogos para entrarem no arrendamento acessível, o investimento grande que estamos a fazer e em que tipologias e na perspetiva de curto prazo, diria que essa é a resposta que temos a 2, 3 anos, mas também fizemos um cálculo relativamente ao que é que vale o nosso plano diretor municipal, por causa do acesso à terra, ao solo e uma das grandes questões do nosso plano era tentar democratizar o acesso ao solo e a capacidade para formação e assim utilizam-se indicadores que são estabelecidos do ponto de vista da análise, em termos do que são as médias para o território como o nosso em termos de ocupação, nós temos 3.318 parcelas, potencialmente, e chegamos a esse valor perante o número de hectares que temos de áreas urbanas não ocupadas, há uma média nacional que diz, cada hectare pode dar azo a 5 parcelas, ou seja,



multiplica-se por 5, tendo em vista que cada a parcela, em termos médios, no nosso território equivale a 1.2 alojamentos, isso dá uma projeção para os próximos 10 anos, de cerca de 4.700 alojamentos de resposta para o nosso concelho. Estamos a falar de um indicador referencial, é natural que possa ser maior, porque estes indicadores não têm em conta uma coisa que é alteração de índice, mas é um indicador referencial, ou seja, para os próximos 10 anos, a capacidade potencialmente máxima de resposta do nosso concelho é para mais de 4.000 alojamentos, o que significaria que a nossa média por alojamento não chega a 2 pessoas por alojamento já que temos muitos casos de pessoas sozinhas no nosso concelho, significa que teríamos uma projeção para cerca de 8.000 pessoas, um bocadinho mais, sendo que os públicos não estão a chegar, tendencialmente podem ter uma média superior a 2 pessoas por fogo. Está a dar estes exemplos para perceberem, porque é que é relevante a carta, porque a carta tem esse tipo de projeções, o que dá a ideia não só para nós enquanto agentes públicos, mas também para os agentes privados, aquilo que possam ser tendências e que tipo de tipologias de resposta possam ser mais interessantes. Outra questão tem a ver com as projeções demográficas e aí nós só temos uma hipótese e é aquela que nos últimos 4, 5 anos está a acontecer, é que nós aumentámos mais de 400% a capacidade de atração de migrantes relativamente a 2011/2012 e se mantivermos a mesma capacidade de captação de migrantes que estamos a ter atualmente, a nossa população mantém-se e até pode até ter um ligeiro aumento, se não tivermos captação migrantes ao nível que temos atualmente a nossa população vai diminuir a pico. Também é essencial reforçarmos a mobilidade de proximidade e no final. Na reabilitação, seja na habitação nova ou não crê que estamos bem preparados para isso. A nossa estratégia também de trabalharmos a inclusão e a atração dos públicos também é fundamental, porque se não houver potencial de mercado, ninguém vai fazer investimento, aliás, e porque é que as pessoas há uns anos atrás, ninguém procurava uma casa no Fundão, porque a perspetiva era que não havia mercado, agora há mais gente e há também uma diversificação de investidores.

Não havendo mais intervenções foi a proposta colocada a votação e aprovada por maioria com 37 votos a favor e uma abstenção do membro Guilherme Freches.

#### **Propostas para Conhecimento**

##### **14. Correção material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão;**

Não houve interessados em usar da palavra neste ponto para conhecimento.

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Mesa desejou a todos os presentes e a toda a população do concelho do Fundão umas boas festas, um feliz Natal e um ano 2024 essencialmente de saúde. Agradeceu o empenhamento dos serviço, agradecer a você a paciência, a comunicação social o nosso agradecimento pela presença.

**Presidente da Assembleia Municipal**

**2º Secretário**



**Concelho do Fundão – Saúde, Educação, Segurança”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por maioria**

**9. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação do “Projeto de Regulamento de Estacionamento do Município do Fundão”, nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por maioria**

**10. Apreciação e votação da Proposta – “Abertura de procedimento para atribuição do direito de utilização privativa de domínio público do Município do Fundão para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos – Fase 1”, nos termos do disposto na alínea q) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro - Aprovada por maioria**

**11. Apreciação e votação da Proposta – “Alteração ao Contrato de Assistência Financeira” - Aprovada por unanimidade**

**13. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação e submissão a discussão pública da “Carta Municipal de Habitação do Município do Fundão” - Aprovada por maioria**

Exmos Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa

Exmos Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores /as vereadores /as

Exmos senhores /as deputados e deputadas municipais

Exmos senhores/as Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos colaboradores/as desta Assembleia

Exmos senhores/as membros da comunicação social, e público aqui presentes

Nas últimas semanas o Município do Fundão foi, uma vez mais, publicamente reconhecido por boas práticas em vários domínios da sua ação programática, o que em muito tem contribuído para a projeção e atratividade territorial do nosso concelho e do seu modelo de desenvolvimento.

É um orgulho para o PSD ter no Município do Fundão uma referência em tantas áreas convencionais, mas muito mais naquelas em que rompeu caminho, com audácia, e se posicionou para um novo paradigma das políticas públicas, num exercício de coragem e virtude em que muitas vezes se substitui e antecipa àquele que deveria ser papel do Governo e do Estado Central, tendo sempre como eixo norteador o compromisso com as pessoas e com a qualidade de vida que esperam dos seus territórios.

Pelo 4º ano consecutivo, o Fundão é reconhecido como **Município Eco XXI 2023**, pelas boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao longo dos últimos anos, destacando-se hoje como o melhor município da região e um dos melhores do país.

Foi, pelo 5º ano consecutivo, distinguido como **“Município amigo do desporto”** pelos resultados obtidos na promoção de atividade física regular e do desporto nas suas diferentes dimensões e modalidades, cultivando uma política de inclusão e igualdade de oportunidades junto dos munícipes, sempre em estreita colaboração com associações e coletividades locais.

Este ano esta distinção foi reforçada com uma atribuição especial de Destino Ativo e de experiências, reforçando a sua atração para um segmento de visitantes adeptos do turismo ativo. Para lá do foco de turismo ou lazer, é fundamental que as cidades vejam no desporto e na atividade física um pilar fundamental para a preservação da saúde e bem-estar das suas comunidades, e também aqui o Fundão reflete a sua capacidade de posicionamento enquanto território atrativo e competitivo.

Entre os dias 13 e 15 do corrente mês decorreu, em Genebra, o **Fórum Global sobre Refugiados**. O Fundão foi o único Município português convidado a marcar presença, e teve a oportunidade de apresentar um pacto autárquico para o acolhimento digno de migrantes, visando a disseminação da sua experiência como referência para outras autarquias portuguesas.

Abrir as portas da nossa cidade e do concelho, é fundamental, mas com a responsabilidade de acolher com dignidade, integrando de forma planeada e





acompanhada os novos residentes para que se tornem um ativo essencial para a nossa economia e equilíbrio demográfico.

Em comum, as práticas reconhecidas ao Fundão, e as políticas que as sustentam, revelam uma trajetória consistente e cada vez mais alinhada com a conhecida Agenda 2030, suportada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, para orientar a construção e implementação de políticas públicas até ao final da década. Por isso as consideramos essenciais para garantir que, paulatinamente, o nosso concelho se torne mais justo, mais digno, mais inclusivo e sustentável e se quisermos ver para além dos números, esta trajetória está particularmente vincada, no Plano e Orçamento que hoje esta assembleia se prepara para apreciar e votar.

Nesta mesma linha, e já esta semana, foi distinguido como um dos 25 **Territórios amigos da Longevidade** em toda a Região Centro, pelas práticas que, ao longo dos últimos anos tem desenvolvido e, **o que também é importante sublinhar**, o apoio a outros agentes locais a desenvolver, estimulando a inovação e o empreendedorismo a favor de um envelhecimento ativo, digno e saudável.

Porventura, este foi o principal mote desta minha intervenção, procurando com ela sublinhar o espaço de crescente prioridade que, nas políticas mundiais, europeias e nacionais, tem vindo a ganhar a forma como encaramos o processo de envelhecimento, não podendo as políticas municipais ignorá-la.

O aumento da longevidade é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da humanidade e um sinal concreto do nível de desenvolvimento dos países, porém, ao ritmo a que aumenta a população com 65 ou mais anos, **é imperativo olhar a idade à distância e romper com o paradigma como pensamos e agimos em relação à idade e ao envelhecimento.**

De acordo com o Eurostat, Portugal está a envelhecer a um ritmo mais acelerado do que os restantes países europeus.

Segundo as mais recentes estatísticas do INE, entre 1970 e 2021 a % de população residente com 65 anos ou mais cresceu de 9,7% para 23, 4%. E este cenário não só não se vai inverter como tende a agravar-se. As projeções apontam para que em 2080 esta fatia da população represente perto de 40% da população residente no nosso país.

Infelizmente territórios de baixa densidade como é o caso do Fundão contribuem para estes cenários numa proporção perturbadora, o que nos traz uma maior responsabilidade na preparação do futuro das próximas gerações.

Por isso, este é um tema que nos deve mobilizar a todos para um amplo e participado debate sobre a realidade do nosso concelho e o que, de forma concertada, podemos e devemos fazer para tornar esta etapa das nossas vidas, e daqueles que nos hão de suceder, mais positiva e feliz.

Neste processo dicotómico e de profunda transformação social e económica, é preciso que as comunidades se comprometam em promover as capacidades, saberes e bem estar das pessoas mais velhas em ambientes propícios ao envelhecimento saudável e



ativo, ao mesmo tempo que as políticas públicas devem garantir cuidados integrados de saúde primária, bem como assistência especializada e/continuada a quem deles precisa.

Paradoxalmente, no nosso país, assistimos a uma crescente degradação do Serviço Nacional de Saúde, com consequências dramáticas em todo o país, colocando os municípios numa luta diária para mitigar o impacto deste flagelo e, como disse há pouco, se substituir às tarefas fundamentais que incumbem ao Governo e ao Estado Central. Neste particular, não posso deixar de manifestar uma profunda preocupação pela perda sistemática de médicos de família no nosso concelho e a pressão que os serviços, em geral, acusam deixando sem proteção as nossas populações mais isoladas e desfavorecidas, na sua esmagadora maioria, idosos.

Também aqui, o PSD sublinha o esforço que, no Fundão, o Município tem vindo a fazer para garantir o acesso das populações a serviços básicos de saúde, seja pela atração e apoio à fixação de profissionais, seja na oferta de meios alternativos de transporte, nos casos em que as deslocações continuam a ser impostas.

No 3º ano da Década do envelhecimento saudável, que se cumpre até 2030, a Organização Mundial de Saúde, em parceria com a Direção Geral da Saúde levou a cabo, no passado mês de outubro, em Lisboa, uma Cimeira Europeia que reuniu entidades governamentais, académicos, cientistas políticos, líderes de opinião, entidades da sociedade civil e organizações profissionais para impulsionar a inovação no desenho de políticas e ações centradas nas pessoas mais velhas, precisamente alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU.

No rescaldo deste encontro, foi assinada uma declaração de compromisso entre os países participantes que determina prioridades chave e linhas de orientação para políticas inovadoras de promoção do envelhecimento saudável e ativo, em toda a Europa.

De entre essas prioridades, permitam-me sublinhar e partilhar convosco a importância de que se reveste:

1. O combate ao preconceito da idade, à estigmatização do envelhecimento, à marginalização e à violência física e psicológica exercida sobre os mais velhos;
2. A capacitação e a intergeracionalidade para criar espaço à participação ativa desta população na vida das comunidades, valorizando as suas experiências de vida e garantindo a sua literacia e meios para que possam acompanhar os desafios contemporâneos e prevenir a sua dependência e institucionalização precoce;
3. A emergente necessidade de preparar respostas integradas e intersectoriais dos sistemas de saúde para atender às necessidades do envelhecimento rápido das populações, investindo na prevenção, tratamento, reabilitação e assistência aos mais velhos.

Neste sentido e sendo estas orientações dirigidas aos Estados Membros Europeus, Portugal tem um longo e desafiante caminho a percorrer para as concretizar, pelo que muito tem a ganhar com o intercâmbio de conhecimento e inovação em redes regionais e globais.

Ao nível local, este tem sido, sem sombra de dúvida, um capital a que o Fundão tem sabido construir e os frutos desse caminho são visíveis muito para além dos prémios e reconhecimentos que possa receber. Esses, refletem, sim, as ações inovadoras, sustentáveis e inclusivas que honram a social democracia em que este projeto assenta há mais de duas décadas, e se espalham pela cidade, pelo concelho, pela região e por outras geografias que o seu alcance tem conquistado.

É, pois, com esperança de que este continue a ser o nosso caminho, que termino, desejando a cada um de vós, às vossas famílias e amigos, um Santo Natal e um Novo Ano com muita saúde, paz e a realização das vossas ambições!

Disse,

Pelo Grupo Municipal do PSD,

Maria Clara de Sousa Ramos Mateus Diogo





ANEXO 2

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão

Exmo. Senhor Vice-Presidente e Senhores(as) Vereadores

Exmos. Membros da Assembleia Municipal do Fundão

Caros colegas Presidentes de Junta

Colaboradores da Assembleia Municipal

Público presente nesta sessão

Comunicação Social aqui presente

Teria hoje muito para aqui referir, demonstrar e denunciar como tem sido hábito na minha participação, em representação da população que me elegeu e não só. No entanto e porque esta quadra natalícia nos traz um vislumbre de esperança, não falarei em assuntos já aqui transmitidos anteriormente.

Falo sim numa solução que foi dada na minha Freguesia num assunto que nos tem preocupado a todos. No dia 19 deste mês, há dois dias atrás, recebemos na extensão de saúde de Silvares o Dr. Manuel Amaro que devolve à nossa zona os cuidados de saúde primários a que temos direito. E neste sentido peço que seja célere o finalizar e colocar em prática do processo de Transportes a Pedido, para que as populações vizinhas, enquanto não têm outra solução melhor de proximidade para com serviços de saúde, se possam deslocar de forma cómoda e acessível a Silvares.

Agradeço esta solução, que ansiávamos, a todos os que para ela colaboraram, em especial ao diretor do ACES COVA DA BEIRA, agora na pessoa do Dr. Santos Silva.

E porque a saúde está sempre na ordem do dia proponho ainda, que esta Assembleia ponha à votação um voto de louvor ao Dr. João Taborda, que foi durante vários anos diretor do Centro de Saúde do Fundão, prestando a toda a população do concelho um serviço de saúde de qualidade, tendo-se reformado nos últimos dias.

Meus caros, termino desejando-vos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo. Que 2024 seja o ano em que resolvamos vários dos problemas, em que os nossos eleitores viram esperança em todos nós e por isso nos elegeram.

Presidente da Junta de Freguesia de Silvares

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmº Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal

Exmºs Senhoras e Senhores Vereadores

Caros Colegas Presidentes de Junta de Freguesia

Ilustres Deputados Municipais

Órgãos da Comunicação Social

Colaboradores da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No Souto da Casa há 133 anos, que se realizam as Comemorações da revolta de um Povo com o Grito “O Carvalhal é Nosso” é um hino, uma homenagem à liberdade, enaltece a luta e a resiliência do nosso Povo.

Talvez em 1890 fosse dado o primeiro grito de liberdade do nosso país, sendo este no Souto da Casa, pelas Gentes da Rama do Castanheiro, na conquista das terras do Carvalhal. Terra que levou o Povo a revoltar-se contra a uma família feudal.

Perante este ato histórico que também valoriza o nosso Concelho, temos o dever de preservar e honrar este feito glorioso dos nossos antepassados.

No dia 14 de Fevereiro de 2024, vão realizar-se as Comemorações dos 134 Anos da Tomada do Carvalhal, ano em que se Comemoram os 50 Anos do 25 de Abril, a Junta de Freguesia de Souto da Casa, vem propor à Digníssima Assembleia e Câmara Municipal do Fundão, que a “Tomada do Carvalhal “ seja associada as referidas Comemorações.

OBRIGADO

ANEXO 3

## PAOD - Moção

Com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das Conquistas da Revolução de 1974, foi possível universalizar o acesso à saúde por parte da população. Muito desse acesso resultou da descentralização e disseminação de centros, postos e extensões de saúde. Em poucos anos, Portugal conseguiu apagar muito do seu atraso, ao atingir excelentes resultados, designadamente, no aumento da esperança média de vida e na redução da mortalidade infantil.

Acontece que nas últimas décadas muito tem vindo a mudar na importância estratégica e política dada aos cuidados de saúde primários. Pese embora todos os discursos produzidos, os factos demonstram o sucessivo desinvestimento público, a crescente desvalorização social dos profissionais, a carência de recursos, e a redução da proximidade no acesso das populações à saúde.

No interior do país, com populações envelhecidas e com deficiente acessibilidade ao transporte público, este desinvestimento torna-se cada vez mais óbvio: os utentes do SNS encontram enormes vulnerabilidades no acesso à saúde. A título de exemplo, há extensões recentemente renovadas, como Silvaes, em situação muito incerta e foi agora anunciada a saída de mais 3 médicos de família (no Fundão, Alcaria e Alcaide). Por vezes são os médicos já aposentados que, com espírito de missão e contratações especiais, asseguram a prestação de cuidados em algumas extensões, como nas Atalaias e na Soalheira.

Os números são arrasadores. Segundo o INE, em 2000, contavam-se em Portugal 258 centros de saúde com serviço de urgência básica, em 2008 eram 174, em 2012 passaram a 72 e atualmente reduziu para, apenas, 18. Outro problema é a falta de atribuição de médico de família. Falamos já a nível nacional de mais de um milhão e 600 mil utentes e no concelho do Fundão, de mais de 12500 pessoas.

Não há forma de ignorar esta questão. É uma evidência que nos centros de saúde faltam médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes técnicos e operacionais. O executivo municipal tem reconhecido esta necessidade, nomeadamente na criação do novo regime de atração de profissionais. Mas este é um tema que terá que continuar a ocupar um destaque central nos próximos anos. Tem que ser possível outro caminho e outra política com o reforço dos cuidados de saúde primários. É imprescindível um claro reforço de meios humanos e financeiros, uma orientação mais abrangente e multidisciplinar, uma atenção reforçada ao estudo e conhecimento das condições de saúde das populações, de vigilância epidemiológica e promoção da saúde de todos e da comunidade. Tudo isto, através da valorização e consagração de unidades de saúde de proximidade, com qualidade e de forma universal.

Prestes a celebrar 50 anos da Revolução de Abril não será demais exigir que o acesso à saúde (consagrado na constituição de 1976) seja cumprida de facto e não apenas uma ideia sem concretização na vida das pessoas.

Assim, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida a 21 de Dezembro de 2023, determina:

- Reconhecer o foco do Executivo Municipal na área da Saúde, extravasando até as competências que lhe foram imputadas e instar que este continue a defesa de forma integral dos cuidados de saúde primários do Concelho do Fundão junto de todas as novas e antigas instâncias da administração da Saúde (ULS e Ministério da Saúde). Essa defesa terá que abranger todos os serviços de saúde no concelho, nomeadamente o Centro de Saúde e todas as suas extensões e postos de saúde.

PAOD

O bloco de esquerda continua preocupado com a mobilidade no conselho e com o funcionamento do transporte a pedido.

A recolha do lixo doméstico no nosso conselho continua deficitária pelo que aguardamos há muito melhorias nesse sentido

Foi com agrado que verificamos a requalificação dos parques infantis gostaríamos de saber qual a razão para continuarem fechados.

O apoio à saúde no Fundão continua precária temos médicos a reformarem-se e outros a saírem do SNS, temos de investir mais e diversificar esses meios. Gostaríamos de parabenizar os profissionais de saúde, que estão todos os dias nas nossas valências, centro de saúde do Fundão e outros, pois continuam a efetuar um atendimento de excelência, apesar da sobrecarga que cada um tem.

Gostaríamos de saber como está a situação dos baldios da zona da Donas que foram “apanhados” por uma empresa.

Cristina Guedes



## Ponto 2 - Orçamento.

Algumas curtas notas sobre este orçamento:

É um orçamento inflacionado em relação a anos anteriores (com tendencia para crescer nos anos seguintes), tanto por via da transferência de competências como por via de investimentos avultados com fundos oriundos do PRR. A habitação é de facto um problema transversal ao país e parece que terá no nosso concelho um foco central. Muito bem, estaremos apenas atentos á capacidade desta câmara de efectuar as obras nos prazos propostos, tendo em conta o historial nesta matéria. Adicionalmente gostaríamos de saber o que mudou em termos de modalidades e montantes para o Plano Local de Habitação. No plano plurianual de 2023, víamos um total de 70M para o projeto 007, no deste ano já só vemos 35M. Adicionalmente, passou se de um grande foco na reabilitacao (passa de 60M para 7M) para um grande foco na construção (passa de cerca de 1M para 25M)

Vemos também um grande aumento no investimento na rede viária, para cerca de 1M. Tendo em conta as reivindicações que aqui tem vindo a ser feitas ao longo do ano, gostaríamos de ter um esclarecimento acerca dos projectos em concreto.

Quanto ao apoio á fixação de profissionais, falam se de cerca de 127k euros provenientes da UE, podemos saber qual programa estamos a falar ao certo?

Na secção dos transportes vemos uma drástica redução face ao previsto em 2023. Veja-se a rubrica "Apoio a transportes colectivos" que passa de 240k previstos para este ano no orçamento do ano passado, para uns meros 25k. A CIM nao vai cobrir esta margem porque tambem deste lado passamos de cerca de 140k previstos para meramente 90k - queremos saber como é que este desinvestimento nos transportes publicos se coaduna com os objetivos sustentáveis que fazem parte deste plano provisório.

O município necessita de ver os seus documentos previsionais aprovados. Aqueles que aqui nos apresentam representam opções com as quais, em grande parte dos casos nos não identificamos. Por isso nos iremos abster. Que tenham o vosso orçamento. Depois veremos o que, de facto foi feito.





Grupo Municipal do PS

## Intervenção

**Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2024”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento devem traduzir e explicitar de forma clara e inequívoca as opções políticas do Executivo Camarário. À semelhança de dezembro de 2022 os documentos que nos são presentes continuam a assemelhar-se a um arquivo de anexos corretamente organizados e pouco mais são do que a norma da execução orçamental.

Notamos que existe este ano uma introdução, ainda que assente nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e que integram a Agenda 2030, sendo, pois, de caráter universal e que, naturalmente, não podem nem devem ser ignorados.

Esta abordagem é diferente, mas peca por não apresentar os documentos de forma clara e continua a não ser suportada por um relatório que ajude à interpretação do pretendido para o desenvolvimento do município. A inclusão de um conjunto de indicadores e índices de sustentabilidade municipal é um ligeiro avanço, mas a sua leitura é praticamente impossível dada a qualidade em que são apresentados. Perdeu-se uma oportunidade de ir mais longe.

À semelhança do ano transato a apresentação da proposta das grandes opções do plano e onde são relevadas as grandes obras para 2024 e onde se destaca a estratégia local (no fundo nacional) de habitação, continua a ser basicamente um mero ato formal suportado por dezenas de páginas de quadros onde se distribuem verbas por rubricas em infindáveis quadros e tabelas, não esquecendo as cerca de 30 páginas com as normas de execução orçamental. Notório, fica bem evidente a importância das receitas ligadas aos contratos programa que o município assinou com o governo e que permitem o desenvolvimento das políticas de habitação.

A proposta apresentada a esta Assembleia Municipal não assume de forma explícita a necessidade de priorizar a área do ambiente e qualidade de vida, mantendo os mesmos 20% de 2023, valor que tinha baixado relativamente a 2022 e este é um dos objetivos que merece a melhor e a maior das atenções e como tal deveria ser mais reforçado.

Uma leitura dos documentos evidencia, revela, desvios com significado nos valores, entre o que foi aprovado em dezembro de 2022, no que às grandes opções do plano diz respeito, para ser contemplado para 2024 e o que agora se regista.

Continua a separar-nos no referente à carga fiscal a interpretação de não ser possível ao Município deixar de aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

No entanto, temos agora conhecimento da emissão de parecer favorável da Direção Executiva do FAM, de acordo com a informação técnica nº173/2020 /FAM de 13/3/2020, à manutenção da atribuição de benefícios fiscais e incentivos ao investimento concelhio, mas enquadrado

num pedido muito concreto feito pelo Município. A leitura do executivo municipal é restrita e orienta-se pela alínea a) da conclusão do parecer e não atende à obrigação imposta pela alínea c) que obriga a solicitar sempre parecer prévio para autorização da concessão desses incentivos. Também o Tribunal de Contas diverge da possibilidade da Direção Executiva do FAM poder aplicar tal decisão.

Outrossim, a insistência na continuidade da manutenção da taxa de participação de 5% no IRS nos separa sendo mais uma evidência que impede a existência de um benefício que seria bem-vindo e desejável para as famílias, num ano tão penalizador como o de 2023.

Lemos nestes documentos a manutenção da política delineada há mais de uma dezena de anos que não conduz ao desenvolvimento harmonioso de todo o território municipal e que de algum modo se afasta do veiculado no PDM aprovado em setembro de 2023 e revelado, por exemplo, na preocupação de não ir mais além nas transferências para as freguesias ou na tibieza do valor proposto para o orçamento participativo de 25000 euros.

Também carece de explicação convincente o porquê do plano orçamental plurianual prever para 2026 um défice de 10,7 milhões de euros o que não deixa de ser preocupante.

Como dissemos em 2022 esta proposta de orçamento não contempla a solução de problemas estruturais que tendem a persistir e evidencia algum cansaço do atual executivo.

Aguardamos pelas explicações do Senhor Presidente da Câmara e depois decidiremos sobre o sentido de voto.

Fundão 21 de dezembro de 2023

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José A. M. Pina', with a large, sweeping initial 'J' on the left.

**Ponto 2 - Docs previsionais**

Com muito agrado que viemos o enquadramento na ODS e cuidado em os enquadrar, a questão que o BE coloca é a execução e aplicabilidade, importantes as preocupações culturais e Ciência Viva, mas continuamos a ver pouca divulgação e informação das atividades. Vamos estar atentos aos investimentos na habitação tão importante para o Fundão. Voltamos a lembrar da necessidade e da prioridade em dinamizar apoio às famílias no âmbito da saúde mental e mais espaços lúdicos para os jovens.

Cristina Guedes



Grupo Municipal do PS

## **Declaração de voto.**

**Ordem de trabalhos- ponto 4:** Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2023”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Como deixamos implícito na intervenção sobre os documentos provisionais para o ano de 2023 e não prejudicando o conteúdo das intervenções dos Deputados separa-nos no referente à carga fiscal do **IMI** a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

**Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.**

Fundão 21 de dezembro de 2023

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina



Grupo Municipal do PS

## **Declaração de voto.**

**Ponto 5 da ordem de trabalhos:** Apreciação e votação da Proposta - "Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão" nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do art.º 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

O Grupo Municipal do Partido Socialista está e estará sempre a favor de medidas que pretendem estimular e facilitar a fixação de empresas e dos seus trabalhadores, bem como dos seus agregados familiares, no nosso municipal.

Assim, não compreende a insistência na continuidade da manutenção da taxa de participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão já que evidencia uma falta de solidariedade para com os seus residentes. Uma menor participação seria um benefício bem-vindo, e desejável, para as famílias, neste momento tão delicado e tão difícil que vivemos.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

**Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.**

Fundão 21 de dezembro de 2023

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina



Grupo Municipal do PS

## **Declaração de voto.**

**Ordem de trabalhos – ponto 6:** Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2023 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013.

Como deixamos implícito na intervenção sobre os documentos provisionais para o ano de 2023 e não prejudicando o conteúdo das intervenções dos Deputados Municipais do Partido Socialista, produzidas no período de análise e discussão, separa-nos no referente à carga fiscal da **Derrama** a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

**Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.**

Fundão, 21 de dezembro de 2023

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina

### Ponto 9

Ao lermos este documento, somos confrontados no início com a seguinte frase: “considerando o acréscimo de viaturas em circulação no Fundão, verifica-se uma crescente dificuldade no ordenamento do estacionamento nas zonas comerciais e de serviços, na cidade do Fundão”

Nós questionamos se realmente a prioridade para uma cidade como o Fundão, deverá ser a regulamentação municipal sobre o trânsito e estacionamento...

É possível ler ainda no documento “as questões relativas à mobilidade dos cidadãos têm um papel cada vez mais importante na qualidade de vida”. Não poderíamos estar mais de acordo! Desta forma, devemos antes priorizar um serviço de transportes de qualidade no concelho do Fundão, que responde às necessidades dos cidadãos.

Hoje, esta é caracterizada por:

- Uma oferta limitada;
- Inflexibilidade dos Horários;
- Preço elevado dos bilhetes e passes.

Uma melhor mobilidade e uma mobilidade sustentável exige o compromisso do Município por uma rede de transportes públicos que seja eficiente, eficaz e flexível.



ANEX013

**Ponto 10**

Não seria viável criar um intervalo superior para os custos por minuto? Pois pode-se cair no risco de só aparecer uma empresa e coloque um valor muito acima do existente no intervalo mais dispendioso.

Porquê em Janeiro de Cima é em Alpedrinha e não noutras freguesias? Em que se basearam?

Cristina Guedes



**Ponto 13**

Esta intervenção visa justificar o nosso sentido de voto.

A necessidade de fixar profissionais nos serviços públicos do concelho é motivo para atuar, para agir com medidas concretas. Questionamos a forma como estas medidas estão a ser feitas, se seguem o caminho correto!

O mercado de arrendamento no Fundão é praticamente inexistente, estando o município a açambarcar os poucos fogos disponíveis, criando assim um aumento artificial nos preços e deixando para trás quem não se enquadra nos programas existentes de apoios.

A Solução para esta situação passa pela reabilitação de património devoluto, degradado e em ruínas para criar uma bolsa pública de habitação, contrariando o grave aumento de rendas que assistimos.

Votaremos a favor, mas com a visão e perspetiva que só resolveremos o problema de habitação do concelho com a reabilitação e construção de fogos públicos para arrendamento acessível, social e de emergência, mas também com a disponibilização de terrenos, recursos humanos e apoios fiscais para a construção de habitação em regime cooperativo.